PÚBLICA
CENTRAL DO SERVIDOR
Movimento permanente em defesa da sociedade

SEDE BRASÍLIA
EDIFÍCIO SEGURADORAS
salas 301 a 304 / Setor Bancário Sul
Quadra 1, Bloco K / Brasília / DF

publica.org.br
/publicacentraldoservidor
(61) 99527.2887

Ofício n° 02/2025-PÚBLICA

Brasília, 20 de fevereiro de 2025.

Ao Senhor
Secretário José Lopes Feijóo
Secretaria de Relações de Trabalho
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Brasília – DF

Assunto: **Encaminha pauta de reivindicações dos servidores públicos federais que compõem a Central**

Senhor Secretário,

Considerando a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente 2025, por meio deste, a Pública Central do Servidor apresenta a pauta de reivindicações do conjunto dos servidores públicos do executivo federal que compõem esta Central, ressaltando que novas reivindicações poderão surgir no decorrer do ano, conforme listado a seguir:

1. Regulamentação da Convenção nº 151 da OIT, que trata do direito de sindicalização e relações de trabalho na Administração Pública (data base, direito de greve, liberação para mandato classista, negociação coletiva, entre outros);
2. Regulamentação da Contribuição Assistencial na esfera do serviço público, de acordo com a decisão do STF;
3. Instalação imediata das mesas específicas para discussão do reajuste das carreiras ainda não contempladas na negociação de 2024, como as carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal e de Auditoria-Fiscal do Trabalho;
4. Equiparação dos benefícios de auxílio alimentação, creche e saúde per capita aos valores adotados pelos demais Poderes (Legislativo e Judiciário);
5. Transformação do benefício saúde *per capita* em auxílio saúde para todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas;
6. Fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas;
7. Realização de concursos públicos exclusivamente regidos pelo RJU, para reposição de vacâncias, em substituição às terceirizações no serviço público;
8. Liberação de mandato classista, com ônus financeiro para a União (alteração no art. 92 da Lei nº 8.112/90);
9. Envio ao Congresso de nova PEC para alteração da Emenda Constitucional 113/2021, (PEC dos precatórios) a fim de excluir dos efeitos da EC os precatórios de caráter alimentar;
10. Inclusão das entidades representativas dos servidores públicos nas discussões sobre reforma administrativa;
11. Imediata revogação do Decreto nº 10.620, de 2021.

SEDE BRASÍLIA
EDIFÍCIO SEGURADORAS
salas 301 a 304 / Setor Bancário Sul
Quadra 1, Bloco K / Brasília / DF

publica.org.br
/publicacentraldoservidor
(61) 99527.2887

A Pública coloca-se à disposição para as interlocuções e colaborações que se fizerem necessárias na Mesa Nacional de Negociação Permanente, em busca de acordos favoráveis a todos.

Respeitosamente,

José Gozze
Presidente